

CAPÍTULO 6

UMA NARRATIVA ACERCA DA DOCÊNCIA EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA PANDEMIA

Maísa Ferreira¹

DOI: 10.46898/rfb.9786558892441.6

¹ Mestra em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), instituição pela qual é formada em Educação Física. É doutoranda em Educação Física (área de concentração Educação Física e Sociedade) na mesma instituição. Atualmente é professora da Rede Municipal de Campo Limpo Paulista. Participa do grupo de pesquisas Transgressão - FEF/ UNICAMP e Margem - FEF/UNICAMP. Ênfase em estudos na área de Educação Física Escolar e Currículo Cultural.

O ENCONTRO

A COVID-19 nos atingiu de forma global e em um ano e meio de pandemia. Temos o dado lamentável de mais de 500.000 mil vidas¹ perdidas no Brasil. Esse dado, evidencia as fragilidades da máquina pública, frente à uma gestão e liderança irresponsável e negacionista, no que diz respeito às necessárias medidas sanitárias de combate à proliferação do vírus.

Neste texto, apresento uma narrativa pessoal como professora de Educação Física Escolar em meio a pandemia COVID-19. Para isso, gostaria de enfatizar, me proponho apresentar uma narrativa pessoal compromissada com contextos sociais, históricos e políticos, pois é um exercício de extrema importância para o enfrentamento ao descaso com a educação dos mais vulneráveis. A partir de Goodson e Crick (2019), quando compartilhamos narrativas podemos elaborar um diálogo na tentativa de construir coletivamente novas possibilidades de existência.

Tendo isso em vista, o objetivo deste texto é identificar e problematizar os desafios encarados pela pandemia como professora e pesquisadora de Educação Física Escolar. Para tanto, darei o devido destaque a desigualdade ao acesso à educação e outros serviços públicos, que com as questões pandêmicas vem sendo escancarada. Utilizei as Ciências Humanas com os seus pressupostos teóricos para auxiliar na compreensão das questões e pensei de outras formas para produzir novas/outras significações.

A NARRATIVA DOCENTE

A seguir, pretendo traduzir em palavras a minha narrativa como professora de Educação Física na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental da prefeitura de Campo Limpo Paulista². Atuava em duas escolas, uma em um bairro periférico (o bairro com maior índice de criminalidade da cidade) e outra, em uma zona rural.

Nos primeiros dias de notícias nos canais midiáticos sobre os fechamentos das atividades econômicas e sociais, a escola ainda continha a presença dos alunos e das alunas, porém, conforme foram passando os dias, cheguei a dar aula para, por exemplo, três crianças da escola inteira (sem máscara, sem álcool em gel e sem distanciamento social, ações que até esse momento desconhecíamos). Para compreender o que realmente estava acontecendo se passaram muitos dias. Mas chegar na escola e não ter alunos e alunas, era, realmente um ponto crucial para começar a

¹ Foram registradas até o dia 28 de julho de 2021 553.179 mortes por COVID-19 no Brasil.
² Esta narrativa se refere a acontecimentos que ocorreram até outubro de 2020.

me perguntar: “E agora? Como isso vai funcionar?”, “As crianças não têm acesso a internet, não tem aparelhos para aulas, como ficará o direito ao acesso à educação?”.

Eu tenho um caderno em que escrevo para pensar de forma reflexiva o que eu estava sentindo em determinado momento. Esse caderno é totalmente informal e pessoal, porém, ao produzir este texto, decidi revisitá-lo, e encontrei o seguinte trecho: “No outro domingo eu estava com medo. Medo da responsabilidade que a divisão do muro da escola representa. Neste outro domingo também tenho medo. Tenho medo do sentimento que terei, caso depois desse muro vocês não estejam ali, me esperando...”.

Com todos esses medos e tendo muita dificuldade de identificá-los eu era constantemente questionada pelos meus amigos, minhas amigas e familiares sobre como seriam as aulas de Educação Física remotamente e/ou perguntavam quais conhecimentos seriam abordados nas aulas. Pasmem, eu não tinha resposta nenhuma, o silêncio sempre predominava. Definitivamente eu não sabia. Na primeira semana trabalhando em casa, realizamos a nossa primeira reunião virtual da escola. Essa reunião demorou mais de 3 horas e ficávamos o tempo todo discutindo como seriam as aulas, *Google Meet?* *YouTube?* *Whatsapp?* *ClassRoom?* Entre tantas outras ferramentas que eu desconhecia. Decidimos, juntamente com a secretaria de educação da cidade, que realizaríamos aulas via *YouTube*.

Iniciamos a gravação de vídeos, não havia datas pré-determinadas, apenas sabíamos que deveríamos postar os vídeos e pedir para os responsáveis pelas crianças tirarem fotos, gravarem vídeos e nos enviassem para registrarmos as crianças fazendo as atividades enviadas. Nas inúmeras tentativas de gravar vídeos, era só eu gaguejar, que eu parava, deletava o vídeo e iniciava uma nova gravação. Ficava analisando o meu cabelo no vídeo, achava ruim, voltava, arrumava, fazia de novo, escutava minha explicação, achava horrível, deletava, fazia de novo e me perguntava, “será que na sala de aula eu sou assim?”. Logo que publiquei os primeiros vídeos, recebi muitas mensagens da coordenadora para parar de publicar naquele instante. Me assustei! Me perguntei inúmeras vezes: “o que eu fiz de errado, já que tantos cuidados foram tomados ao longo da gravação?”.

Nova reunião. A coordenadora anuncia para nós professoras, que os familiares estavam desesperados. Muitos não tinham acesso à internet e não conseguiam entrar no *YouTube*. Dentre os que tinham acesso, muitos são analfabetos e não conseguem ajudar as suas crianças a fazerem as atividades (afinal esses familiares já são vítimas de um processo de exclusão e lutam para que os seus filhos e filhas não vivam o mesmo). Os que conseguiam fazer a atividade, não tinham espaço adequa-

do dentro de casa para realizar ou os familiares continuavam trabalhando - o que impedia o acompanhamento, ou ainda outros acontecimentos até então totalmente distantes de nós professoras dificultavam as ações.

Mudanças de planos. Nos avisaram: "Agora, cada dia uma professora envia uma atividade via *WhatsApp*, com um vídeo de no máximo dois minutos. Além disso, faremos as atividades escritas, imprimiremos e avisaremos o dia no qual os familiares devem ir buscar a atividade na escola". Imprimimos atividades. Durante o segundo mês que continuamos a imprimir – já que até então parecia ser o melhor caminho-, a escola não tinha mais papel e nem tinta de impressora.

Reunião atrás de reunião, discussão após discussão, sendo que todos esses momentos o debate era recheado das seguintes falas: "tem que dar conta de todo o conteúdo", "como eu ensino a partir de um vídeo?". "Como as crianças vão fazer a atividade? Será que elas fazem? Acho que os pais que estão fazendo por elas", "Tem pai e mãe que vou te falar, viu? Eles têm uma preguiça", "As crianças vão perder o ano, não vão aprender nada!". Além das reuniões e produções de vídeo, toda semana eu tinha uma formação (realizada por empresas privadas) acerca dos mais variados temas: uso da tecnologia para ensinar bem, como avaliar as crianças na pandemia, como os professores devem se atualizar, a forma correta de se comunicar nas plataformas virtuais.

A partir desse cenário, me alinho às produções acadêmicas que tomam a escola como conjunto de práticas normativas para produzir significados e desejos, sendo assim, ela é responsável por produzir identidades dos sujeitos ali presentes (VARELA; ALVAREZ-URIA, 1992). Sabe-se que a educação básica assume um papel estratégico de dispositivo de eficácia³ que é característico da racionalidade política neoliberal principalmente agora nesse momento pandêmico. Por isso, pergunto: nas reuniões, formações e conversas com colegas, quais identidades nós professoras estamos querendo produzir? Esse sujeito que estamos produzindo, em meio a pandemia – e não só em meio a pandemia-, se adequa ao que nós professoras defendemos? E em relação à concepção de sociedade? Educação? Educação Física? Criança?

Após alguns meses dentro desse contexto pandêmico e na busca da melhor forma de dar o acesso as aulas para as crianças, a prefeitura resolveu estipular três modalidades: 1) videoaulas com duração de no máximo dois minutos que são enviadas via *WhatsApp*; 2) o mesmo vídeo é postado na plataforma *Classroom*; (essas

³ Foucault (1993) denominou de dispositivo de eficácia o conjunto de práticas de treinamento e vigilância dos corpos e mentes, que visavam a produzir o sujeito que se inseriria no circuito de produção econômica e político do capitalismo liberal. Tratava-se de sujeito assujeitado a diversos discursos: religioso, político, econômico, moral. No neoliberalismo o dispositivo da eficácia ganha outros contornos. Minimizam-se os aspectos disciplinares mais rígidos, que caracterizavam o período predecessor e promovem-se outras formas de controle que atribui ao próprio sujeito a responsabilidade do governo de si sob a pressão da competição e das lógicas do desempenho e risco (FOUCAULT, 2008).

duas opções eram para as famílias que tinham acesso à *internet*, no caso da escola que eu trabalho de 20 crianças conseguimos ter a devolutiva via *internet* de aproximadamente 4 crianças); 3) fazer atividades referentes a um mês (aulas de Educação Física dava em torno de 4 a 5 atividades por mês seguindo as normas estipuladas pela secretaria de educação do município) em apenas uma folha impressa para entregar juntamente com a cesta básica que representa a merenda escolar.

Dentro dos três formatos estipulados, um exemplo de tematização que decidi realizar inicialmente com o segundo e terceiro ano do ensino fundamental foi as brincadeiras dentro de casa. Na folha impressa eu enviei perguntas para as crianças realizarem com os responsáveis: “do que vocês brincavam dentro de casa quando tinha a minha idade?”. A próxima atividade era brincar com os responsáveis as brincadeiras listadas e escrever se já conheciam, se tinham as mesmas regras, ou se algo tinha mudado. Perguntei também para os alunos e alunas responderem o que eles e elas mais gostavam de brincar dentro de casa e pedi para eles/elas enviarem a lista de materiais utilizados para essas brincadeiras. Os vídeos que eu enviava tanto via *WhatsApp* quanto via *Classroom* apresentavam as mesmas atividades, porém aparecia meu rosto e eu tinha uma interação semanal com os(as) estudantes, o que me fazia gravar um vídeo direcionado com as respostas que estavam sendo apresentadas. Como foi o caso de um vídeo que eu enviei, onde eu perguntava para a minha avó (93 anos), minha mãe (63 anos) e minha sobrinha (4 anos) as mesmas questões que eu pedi para eles e elas fazerem para os seus e as suas responsáveis.

É obrigatório que os professores e professoras interajam nas três plataformas, e para isso temos uma supervisora que ao final do bimestre avalia a participação (se o(a) docente entregou todas atividades na data correta, respondeu todas as crianças e familiares, tirou dúvidas e motivou as crianças a fazerem as atividades em casa). A supervisora produz um documento relatando o desenvolvimento ao longo do bimestre e envia esse documento para a coordenadora da escola para ser assinado. Sem dúvida, me sinto externamente pressionada por estar sendo constantemente vigiada em minhas aulas, atividades e até mesmo a minha relação com os alunos e as alunas. Antes da pandemia a coordenação e a supervisão tinha acesso ao meu diário de classe, semanário e planejamento. Não entravam em minha aula, não diziam de que forma eu deveria dar a minha aula, como eu deveria responder as crianças e os responsáveis.

Outra questão que me deixou incomodada se deu pelas atividades via *WhatsApp*, pois desta forma as famílias tinham acesso ao número do celular docente e enviavam mensagens a hora que quiseram e puderam (a escola estipulou que eu

precisava estar online no *WhatsApp* das 8h às 16h de segunda a sexta, porém, a minha carga horária é de 20 horas semanais). Caso eu não responda naquele exato momento que a família me enviou a mensagem, estando dentro ou fora do horário de trabalho estipulado, existe uma reclamação na maior parte das vezes das minhas colegas de trabalho, ou até mesmo, dos pais e das mães. A justificativa da reclamação é por eu não ser uma professora sensível as questões que os meus alunos e minhas alunas estão passando. A coordenação me aconselhou a comprar um novo chip de celular, para criar um novo número e conseguir dividir essas questões dos familiares nos ligando, nos mandando mensagem a todo instante. Porém, o meu celular não tem disponibilidade de um segundo chip, além disso, meu salário continua o mesmo, então eu teria que comprar um novo celular e um outro chip com o mesmo salário que eu ganho. Acabei não comprando, então meu celular é o mesmo para questões pessoas e para questões profissionais.

Um outro momento marcante para mim foi data festiva, como por exemplo, o dia das crianças, dia dos pais e dia das mães. Nós professoras deveríamos gravar um vídeo e, também, elaborar uma lembrança (comprada com nosso salário) para presentear os pais, as mães as crianças. O vídeo era publicado no *Facebook* da Secretaria de Educação da cidade e choviam comentários sobre qual era a escola que tinha mais se dedicado para a realização dos presentes. O grupo de *WhatsApp* das professoras eram lotados de mensagens das professoras tristes e frustradas, pois se comparavam com as outras escolas e questionavam se eram boas ou más profissionais. Os vídeos postados no *Facebook* nas datas festivas não era algo conversado, não era um projeto, na semana era avisado e já deveríamos realizar. Simplesmente chegava à informação para nós professoras como “uma ordem dos superiores” e deveríamos cumprir.

A partir disso, trago o filósofo Foucault (2008), o qual defende o neoliberalismo como uma arte de governo, que tem a economia como uma maneira de regulação social e produz sujeitos inseridos em uma cultura de performatividade competitiva. A performatividade é para Ball (2004) uma das tecnologias neoliberais, que quando aplicada se torna um modelo atrativo e eficaz à tradição educacional centrada no Estado e no bem-estar público. O autor nos explica que a performatividade apresenta um fluxo de exigências, que nos torna continuamente responsáveis por nossas ações e por resultados produtivos dos locais em que atuamos, seja enquanto alunos e alunas ou nos âmbitos do trabalho.

As professoras são as mais influenciadas pela performatividade (tomo a minha narrativa como um exemplo). Nós, professoras, temos como marca da nossa

profissão o compromisso de entrega pessoal, e somos sacrificadas para garantir o desempenho esperado. Existem professoras que tentam ser resistentes e não conseguem, pois não chegam aos resultados estipulados, e então, mudam o modo como conduzem as aulas na tentativa de melhorar os resultados. É assim que a professora é avaliada como boa ou ruim, se ela consegue ensinar o máximo de conhecimento ou técnicas necessárias ao mercado. Feito isso, conclui-se, que, essa sim é uma professora eficiente. A quantidade de tabelas, cadernos, reuniões, formações, mensagens, e-mails que deveríamos receber e enviar eram infinitos. O que me parece é que o comprimento de, por exemplo, deixar uma tabela completada diariamente com o nome da criança que me respondia, era muito mais importante do que o ser professora. A sensação é semelhante ao que Goodson (2019) afirma “[...] como tentativa de comercializar os serviços públicos por meio da introdução de metas e testes afetam a maneira como as pessoas entendem o significado da missão” (p. 206).

Por isso, considero importante compreender o conceito de performatividade a partir de Ball, principalmente em tempos pandêmicos. A performatividade age de diversas formas para atar e reelaborar as coisas, sendo responsável por facilitar o papel de monitoramento por parte do Estado, o que lhe permite governar à distância, ou como o próprio autor diz ser um “governo sem governo”. A performatividade dá liberdade ao Estado para este se inserir profundamente nas culturas, práticas e subjetividades das instituições do setor público, e, também dos seus trabalhadores, sem parecer que exista essa interferência.

Vale ressaltar que a performatividade requer uma pedagogia que prepare o indivíduo para o trabalho e para a vida na base do imediato. Nessa lógica, o indivíduo nunca saberá o suficiente, ou desenvolverá todas as capacidades e competências que são ditas como necessárias para a vida e para o trabalho (não é por nada que existem pessoas que defendam que a escola, principalmente a Educação Física, deva ensinar as crianças a se protegerem do coronavírus).

Dardot e Laval (2016) nos atentam ao fato de que o neoliberalismo não se resume no fanatismo ao mercado. O neoliberalismo não desmorona apenas regras, instituições e direitos. Ele vai além. Ele é capaz de produzir subjetividades, certas formas de viver e de se relacionar socialmente. Os autores afirmam que o que está em jogo “é nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16).

Enfim, para finalizar os bimestres era necessário nós professoras enviarmos uma nota de cada aluno(a). Depois de diversos debates sobre os formatos e os crité-

rios avaliativos (debates que não incluíam nós, as professoras), ficou decidido pela secretaria de educação do município que a nota se refere as devolutivas dos alunos e das alunas dentro das atividades. Então, de 10 atividades enviadas no bimestre via WhatsApp, via Classroom e, também via folhas impressas, se a criança me devolveu as 10 atividades ela encerra o bimestre com nota 10 e eu precisaria colocar em um documento - denominaram como portfólio - todas as suas respostas. Se a criança não respondeu nenhuma atividade fica com a nota 5 e não era reprovada, pois durante a pandemia ficou proibida a reprovação. Além disso, precisávamos fazer uma tabela de crianças que respondiam e crianças que não respondiam cada atividade e entregar para a coordenação. Depois disso, deveríamos mandar mensagens ou ligar para os responsáveis perguntando o porquê da não devolução das atividades. As respostas mais frequentes que eu recebi foram: não tinha acesso à internet, não conseguia se deslocar até a escola (ou porque está sem transporte escolar, ou está trabalhando e não consegue ir buscar) e também apresentava dificuldade em realizar as atividades com as crianças.

Assim seguiu meu cotidiano. O que me parece é que à medida que a burocracia aumenta e, ao mesmo tempo, a pressão para ser cumprida também, a naturalização a esse processo se estabelece. Atualmente, estamos na primeira semana de retorno as atividades presenciais e eu darei 50% das minhas aulas de forma presencial e 50% das aulas de forma remota, porém ainda não sei como será, uma vez que as informações estão difusas e confusas, mudando diariamente.

CONSIDERAÇÕES DO ENCONTRO

Com a atuação da performatividade e a subjetividade neoliberal, consigo começar a entender as minhas preocupações e as preocupações das minhas colegas de trabalho, quando nos deparamos com as diversas informações diferentes, que se alteram rapidamente na pandemia. Com a instituição escolar fechada, de que forma os interesses mercadológicos entram em ação? Aí vem a vontade de dar conta de todo o conteúdo via vídeo de 2 minutos, a correnteza de formações com associações públicos-privadas e a falta de preocupação com as condições de existência das crianças. Dessa forma, sugiro estarmos atentas, é necessário analisar os discursos que são considerados como verdadeiros por meio de um processo de naturalização e que então, induzem nossa forma de agir e pensar.

Governa-se os agentes educacionais com o objetivo de conduzi-los a determinada cultura, para construir certa sociedade que advém de certos interesses. Assim, acredito que não devemos nos preocupar em saber como as aulas EaDs, aulas remotas, aulas online, entre outras nomenclaturas estão sendo feitas. Devemos nos

preocupar com o que está sendo produzido a partir dessas formas de ministrar aula. E/Ou também, em meio a pandemia, quais crianças têm acesso ao conhecimento? Como as crianças que não têm acesso se perceberão como sujeitos? Como elas se narrarão? Como as crianças, nas condições das escolas em que eu atuo, por exemplo, ficarão? As aulas online são para quem?

Butler (2020), em um texto produzido em meio ao caos da pandemia, afirma que o COVID-19 atinge de forma igual todas as pessoas, que o vírus por si só não discrimina. Porém como nós somos movidos pelos poderes do neoliberalismo, bem como pelos poderes do racismo, da xenofobia, somos nós os responsáveis pela discriminação a partir do vírus. Com essa afirmação da autora, penso também que os desafios pandêmicos vieram apenas para escancarar certos problemas que nossa sociedade vem se deparando a tempos, como por exemplo, o a educação pública sucateada. Não é à toa que o Ministro da Educação, pastor Milton Ribeiro, afirma que “o oferecimento de internet em meio à crise educacional na covid-19 não cabe ao MEC” (declaração publicada no dia 24 de agosto de 2020, pelo jornal O Estado de S. Paulo).

Silvio Gallo (filósofo e pedagogo) escreveu um texto em 2002 que atualmente tenho revisitado frequentemente, pois tem me feito repensar o posicionamento enquanto professora de Educação Física na escola em meio à pandemia. Ele acredita, que para a professora, mais importante que anunciar o futuro, é produzir cotidianamente o presente, para, então possibilitar o futuro. O autor explica que o professor profeta é aquele que no alto da sua sabedoria dirá o que deve ser feito. Porém, ele nos convida a ir além do professor-profeta. Ele fala – em 2002, mas acredito se adequar intensamente ao momento atual – que “hoje deveríamos estar nos movendo como uma espécie de professor militante, que de seu próprio deserto, do seu próprio terceiro mundo opera ações de transformação, por mínimas que sejam”.

Mas, então, qual é o sentido de um professor militante? Para Gallo (2002), o professor militante não seria aquele que necessariamente anuncia a possibilidade do novo, mas é aquele que procura viver as situações dentro dessas situações vividas e produzir a possibilidade do novo.

“O professor militante seria aquele que, vivendo com os alunos o nível de miséria que esses alunos vivem, poderia, de dentro desse nível de miséria, de dentro dessas possibilidades, buscar construir o novo. Essa é a chave da ação militante. Sempre uma construção coletiva” (GALLO, 2002, p. 171).

Dessa forma, como professora de Educação Física de escola, que estuda e defende as crianças, acredito que as exigências, as burocracias, as questões que a escola vem constantemente se deparando produzida de forma escancarada pela pande-

mia seja mais um exemplo das novas formas de controle de vida de uma sociedade marcada por conflitos sociais diversos e pela hegemonia da arte neoliberal do governo. É importante deixar de lado o que já se sabe, e desconfiar das muitas certezas que constituem nossas narrativas sobre a escola, a educação, e, principalmente, a Educação Física. Ao dar aulas, eu sei que carrego comigo concepções de: escola, sociedade, Educação Física, infância, juventude. A nossa prática pedagógica compõe o dispositivo de escolarização e produzirá uma identidade de sujeito. Então, como manter esse projeto em tempos pandêmicos?

Enfim, é importante a defesa da educação pública e, principalmente, das crianças. Pensar em ações coletivas com professoras, professores, alunos, alunas, familiares, gestores, universidade, dentre outros agentes educacionais, que façam com que todas e todos percebam os jogos de verdade aos quais nos produzem, compreendendo os processos de significação que nos governam. Entender a construção social e histórica das nossas subjetividades é de extrema importância, pois é inegável a necessidade de uma ação que possibilite (aos agentes educacionais e fundamentalmente, as crianças), a construção de outras formas de ver-se e narrar-se.

REFERÊNCIAS

- BALL, Stephen. John. Performatividade, privatização e o pós-Estado do bem-estar. *Educação & Sociedade*, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, 2004.
- BUTLER, Judith. O capitalismo tem seus limites. **Blog da Boitempo**. Disponível em: <https://blogdabotempo.com.br/2020/03/20/judith-butler-sobre-o-covid-19-o-capitalismo-tem-seus-limites/>, acessado em 02 de julho de 2020.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Neoliberalismo e subjetivação capitalista. *Revista Olho da História*, v. 22, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Loyola, 1993.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Martins Fontes, 2008.
- GALLO, Silvio. Em torno de uma educação menor. *Educação & Realidade*, v. 27, n. 2, 2002.
- GOODSON, I. F. **Curriculum, narrativa pessoal e futuro social**. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.
- VARELA, J.; ALVAREZ-URIA. A maquinaria escolar. *Teoria & educação*, v. 6, p. 68-96, 1992.